

# DESONESTIDADE ACADÊMICA EM CURSOS SUPERIORES A DISTÂNCIA

Maio 2008

Carolina Costa Cavalcanti – USP (CEPA) e FACCAMP – carolina\_costa@hotmail.com

**Categoria (Pesquisa e Avaliação)**

**Setor Educacional (Educação Universitária)**

**Natureza (Relatório de Pesquisa)**

**Classe (Investigação Científica)**

## **RESUMO**

*Este trabalho de reflexão apresenta considerações advindas de uma investigação bibliográfica que apontou e discutiu aspectos relacionados à desonestidade acadêmica em cursos superiores a distância. Essa é uma realidade encontrada tanto em cursos presenciais como a distância, entretando, no segundo caso a preocupação se reflete na legislação que regulamenta a avaliação de tais cursos. No decreto 5.622/05 publicado em 19/12/2005, encontramos uma descrição de procedimentos a serem cumpridos no processo avaliativo EAD. Esses procedimentos têm se mostrado ineficazes para garantir a idoneidade da avaliação de tais cursos e, muitas vezes, dificultam a expansão da EAD em nosso país. No artigo discutimos as particularidades da avaliação na EAD, definimos o que é desonestidade acadêmica e suas modalidades, e destacamos ações de IES, professores tutores e professores de Pólo que facilitam a prática da desonestidade acadêmica. Finalmente, indicamos algumas ações que podem contribuir para a redução de práticas desonestas em cursos superiores a distância.*

**Palavras chave: desonestidade acadêmica; educação a distância; avaliação educacional**

## 1- Introdução

Vivemos em um país onde a questão da desonestidade tem sido discutida em diversos âmbitos da sociedade. Parece que, a cada dia, descobrimos um novo escândalo envolvendo desonestidade de políticos, empresários, personalidades e até mesmo de cidadãos mais humildes. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBOPE em janeiro de 2006, cujo título é "Corrupção na Política: Eleitor Vítima ou Cúmplice?" fica claro que o eleitor tem uma péssima opinião sobre os políticos e governantes de nosso país: 82% dos entrevistados acreditam que os políticos são desonestos e 87% alegaram que eles agem pensando somente em seu próprio benefício. Entretanto, o estudo retrata que 75% dos eleitores assumiram que cometeriam pelo menos um dos 13 atos de corrupção e desonestidade avaliados pelo estudo, caso tivessem a oportunidade.

Atitudes como essa também têm assolado os meios acadêmicos, especialmente o ensino superior. Silva (2006, p. 2) descreve os resultados de uma pesquisa realizada por Newstead, Franklyn-Stokes, e Armstead (1996) onde avaliaram a prática da desonestidade acadêmica em estudantes universitários ingleses.

*“Os estudantes responderam de forma confidencial a um questionário com 21 comportamentos, assinalando aqueles que já haviam praticado. Práticas comuns foram: copiar material de uma fonte bibliográfica sem citar o autor (54%), inventar dados (48%), deixar um colega copiar um trabalho (46%), alterar dados para obter um resultado significativo (37%). Razões freqüentemente apresentadas para trapacear foram: falta de tempo (21%), aumentar a nota (20%), todo mundo faz (16%), ajudar um amigo (14%). Razões para não trapacear foram igualmente apresentadas: é imoral/desonesto (20%), é desnecessário (17%), desvaloriza a própria conquista (10%), medo de punição (6%). Constatou-se que a prática de fraude era mais comum entre estudantes de sexo masculino do que feminino; mais comuns em estudantes mais novos e mais comuns em estudantes de ciência e tecnologia do que em outras disciplinas.”*

Desonestidade acadêmica é considerada um problema significativo em universidades presenciais americanas (Whitley, Nelson, & Jones, 1999). "A universidade no nível do curso de graduação parece ser um lugar onde trapacear é quase tão natural quanto respirar, uma habilidade acadêmica quase tão importante quanto ler, escrever" (Moffatt, 1990, p.2 em Silva, 2006). A desonestidade acadêmica permeia os ambientes presenciais de ensino onde a relação professor-aluno não é mediada pelas novas tecnologias.

A globalização e a inserção de tecnologias no âmbito educacional têm provocado mudanças na maneira de ensinar, aprender e avaliar especialmente na modalidade a distância. Isso vem exigir que instituições educacionais e professores repensem sua prática pedagógica e busquem atuar em espaços não tradicionais de ensino. A modalidade a distância é o novo *espaço de sala de aula* que possibilita que um número crescente de alunos tenha acesso a novos conhecimentos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Educação a Distância, em 2006, o Brasil contou com 2.279.000 alunos matriculados em vários tipos de cursos na modalidade a distância. Há no Brasil 205 cursos de graduação credenciados pelo MEC e se forem contados apenas os alunos de graduação e pós-graduação, o aumento foi de 91% em 2006 em relação a 2005.

Os cursos superiores ofertados na modalidade a distância representam hoje no Brasil uma fonte de disseminação de conhecimentos. Entretanto, o processo avaliativo, aspecto tão complexo e tema de discussão no ensino presencial, também passa a ser motivo de preocupação na educação a distância (EAD). A avaliação apresenta-se como desafio por ser o meio utilizado para conhecer em que medida os conteúdos foram compreendidos pelos alunos tornado-se parte integrante de seu repertório de saberes.

A partir dessa realidade, realizamos nesse artigo uma reflexão sobre diversos aspectos permeiam a desonestidade acadêmica na avaliação de cursos superiores a distância.

## **2- A avaliação em cursos de graduação a distância**

A avaliação na EAD é um aspecto de grande relevância mas ainda pouco analisado. Grande parte dos estudos realizados sobre avaliação foram feitos a partir de contextos presenciais (Tarouco, 2002). Acreditamos que é possível analisar a avaliação na EAD a partir das teorias utilizadas na educação presencial pois são a base para compreendermos os métodos e modelos avaliativos mais utilizados em ambientes educacionais.

Os processos avaliativos que são adotados em cursos a distância evidentemente possuem várias especificidades que os diferenciam daqueles adotados em cursos presenciais onde o professor da disciplina possui contato direto com o aluno e não precisa de mediadores para avaliá-los. Essa é uma de suas responsabilidades em sala de aula.

A avaliação na EAD apresenta, no entanto, algumas particularidades. No decreto 5.622 /05 que regulamenta a oferta de cursos superiores a distância no Brasil e publicado em 19/12/2005, encontramos uma descrição de procedimentos a serem cumpridos no processo avaliativo.

*“Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante: I - cumprimento das atividades programadas; e II - realização de exames presenciais.”*

*§ “1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.”*

*§ “2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.”*

Como vimos, há um regulamento nas normas de avaliação de cursos superiores a distância estabelecidas pelo MEC: o aluno deve realizar exames ou provas presencialmente e tais avaliações presenciais devem ter o peso maior na média final do que as atividades realizadas a distância. Em vista disso, as

Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem a autorização para a oferta de tais cursos optam pela abertura de Pólos educacionais compostos por instituições que as representam em diversas partes do país. Os Pólos oferecem cursos e programas das IES credenciadas e realizam o gerenciamento regional das atividades educacionais para o atendimento à comunidade local. São nesses locais que os alunos realizam as provas presenciais sob a supervisão de um professor de Pólo. Em muitos programas, o aluno também é avaliado ao realizar trabalhos individuais e em grupo com ou sem a supervisão do professor de Pólo.

Nesse contexto, surge a desonestidade acadêmica que, por vezes, tentamos ignorar. A verdade é que sua presença ameaçadora em ambientes educacionais é uma lembrança constante de que existe a necessidade de repensar o processo de avaliação e trabalhar atitudes discentes baseadas em valores éticos e morais.

### **3- A desonestidade acadêmica**

A desonestidade acadêmica, tão comum, nos ambientes educacionais pode ser definida como a quebra de Normas Acadêmicas da Instituição Educacional que estabelece as regras de comportamento de professores e alunos. Muitas instituições determinam nesse documento as ações que são consideradas inaceitáveis, como por exemplo: cola em provas, trabalhos e projetos escolares, falsificação de documentos ou dados, apresentação de trabalhos elaborados por terceiros ou copiados de fontes não citadas.

Podemos dividir tais atos ilícitos em diferentes categorias: intencionais, não-intencionais, individuais, coletivas. Rodriguez (2003) afirma que existem alunos que copiam o trabalho de outra pessoa e intencionalmente não citam a fonte. Por outro lado, encontramos aqueles que copiam idéias de autores consultados em fontes bibliográficas e não citam o autor por falta de conhecimento técnico sobre como devem fazê-lo. Nos dois casos, encontramos exemplos de desonestidade acadêmica, entretanto o primeiro grupo tomaria essa atitude independente de ter ou não conhecimentos técnicos sobre utilização de referências bibliográficas. O segundo grupo, por outro lado, não teria cometido o delito caso soubesse como citar o autor.

Muitas das causas prováveis para a desonestidade acadêmica em cursos presenciais também podem ser encontradas na EAD. Noah e Eckstein (2001 em Rodrigues 2003) mencionam alguns fatores:

- a) a pressão para ter sucesso,
- b) a concorrência do mercado de trabalho,
- c) o valor que a sociedade dá para títulos acadêmicos,
- d) as possíveis recompensas que o aluno terá.

Fredric Michael Litto, presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância disse em entrevista ao Portal Universia que o aluno da EAD é um indivíduo maduro, com idade acima de 25 anos. Nesse sentido, esse aluno possui um perfil diferente daquele que ingressa em cursos presenciais. O primeiro grupo é majoritariamente composto por adultos, das classes C e D, inseridos no mercado de trabalho e que não tiveram a oportunidade, por diversas razões, inclusive financeira, de ingressar em um curso superior entre 18 e 23 anos. Esses alunos

têm muitas responsabilidades: sustentar a família, trabalhar longas horas, realizar trabalhos escolares, realizar provas e exames entre outros. Muitas vezes, a administração do tempo pode ser frustrante e a desonestidade acadêmica mostra-se como um caminho mais fácil a ser percorrido.

Em cursos de graduação a distância, comumente os atos de desonestidade acadêmica são estimulados pelo professor autor-tutor, professor de Pólo ou até mesmo pela própria instituição de ensino. Vejamos alguns exemplos:

- As Normas Acadêmicas não são claras sobre as atitudes que serão tomadas em caso de descoberta de desonestidade acadêmica.
- Os alunos não conhecem ou não tem acesso às Normas Acadêmicas.
- Aquilo que está estabelecido nas Normas Acadêmicas não é cumprido.
- Os professores autores-tutores utilizam os mesmos trabalhos e aplicam as mesmas provas todos os semestres.
- As atividades do curso são, em grande parte, exercícios de múltipla escolha e o professor não consegue familiarizar-se com o estilo de redação do aluno.
- Nos trabalhos em equipe, o professor não avalia o processo de construção do trabalho, mas somente o resultado final, o que pode facilitar que alguns alunos realizem todo o trabalho e outros nada façam e recebam nota não merecida.
- O curso contém disciplinas diferentes que tratam de alguns conteúdos semelhantes e os professores não conversam entre si, o que possibilita que os alunos entreguem o mesmo trabalho em duas disciplinas.
- As provas e exames presenciais são enviadas para os Pólos com muita antecedência e os alunos pressionam o professor de Pólo para mostrar as avaliações ou dar dicas sobre o conteúdo.
- O professor de Pólo surpreende um aluno colando e não toma uma atitude condizente com o que foi estabelecido nas Normas Acadêmicas.

Além disso, os alunos de cursos superiores a distância geralmente, podem acessar computadores e a internet com freqüência. Sabemos que mais do que nunca, podemos encontrar todos os tipos de conteúdo e materiais na internet o que facilita que os alunos encontrem ainda mais facilidade em copiar trabalhos e, até mesmo, utilizar várias fontes para montar o seu próprio trabalho sem ter escrito uma só palavra.

Nesse caso, os professores devem prestar atenção em três itens: linguagem, estilo e conteúdo. Em um bom curso a distância o professor tutor geralmente conhece a maneira que o aluno escreve e é possível notar quando copiou um trabalho da internet. Se o professor tiver essa desconfiança deve procurar, em sites de busca, o tema do trabalho do aluno e se encontrar algum texto semelhante deve proceder segundo o estabelecido nas Normas Acadêmicas da IES. Cabe destacar que o professor terá mais dificuldade em agir dessa maneira se for responsável pela correção dos trabalhos de um número muito grande de alunos (algo comum em cursos a distância de pouca qualidade) e estiver com sobrecarga de trabalho.

Finalmente, é necessário tomar cuidado com os recursos oferecidos pelas plataformas tecnológicas utilizadas em cursos a distância. Muitas vezes, o professor dá um prazo para que os alunos enviem os trabalhos, auto-testes,

exercícios via plataforma tecnológica (Blackboard, Moodle, Teleduc entre outras) confiando que o aluno irá realizar o trabalho sozinho. Quando for programar as atividades da disciplina deve ter em mente que nada impede que um grupo de alunos do mesmo Pólo se reúna para realizar a uma atividade individual em equipe.

O pesquisador Rodrigues (2003) realizou uma pesquisa informal com 63 alunos de um curso a distância oferecido no México. Os resultados do questionário aplicado chamaram nossa atenção:

- 41% praticou algum ato de desonestidade desde que ingressou no curso.
- 28% copiou trechos das respostas de seus colegas nos fóruns de discussão.
- 15% alegou ter dito para os professores que teve problemas de acesso ou tecnológicos para conseguir um prazo maior para entregar atividades avaliativas.
- 13% copiou trabalhos realizados por colegas em semestres anteriores.
- 9% copiou textos da internet.

Esses resultados permitem que instituições e professores repensem os métodos utilizados no processo avaliativo de cursos superiores a distância.

#### **4- Conclusão**

No meio educacional presencial e a distância muitas vezes os valores éticos e morais são atropelados pelo desejo desenfreado de obter resultados excelentes, mesmo que seja por meio da desonestidade acadêmica. Esse tema é sério, pois dele se desenrolam diversos fatores que acabam por definir que tipo de profissionais e cidadãos estão sendo formados pelas IES. Os cursos superiores a distância no Brasil não estão isentos de sofrer os mesmos problemas que assolam o processo avaliativo, muitas vezes falho, do ensino presencial.

Com o objetivo de contornar o problema o MEC, por sua vez, cria mecanismos e legislações que, de certa maneira, atrasam e dificultam a expansão da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. Muitas das normas estipuladas visam a garantir a idoneidade dos cursos, mas ao invés disso, dificultam o lento processo de democratização do ensino. Um exemplo disso é a legislação que estabelece que as comissões do MEC devem visitar cada Pólo que aberto pela IES. Na mesma entrevista ao Portal Universia Litto explica o impacto que essas normas têm sobre a expansão da EAD no Brasil e dificultam a acessibilidade a cursos de ensino superior

*“Em cada pólo, a instituição que tem de pagar o valor de R\$ 7 mil, além das despesas de viagem e hospedagem da equipe de averiguadores. Isso foi feito com um mês de antecedência. Então se você tem mil pólos espalhados pelo Brasil como algumas universidades têm, isso significa R\$ 7 milhões que você vai ter que pagar ao MEC. De onde vem esse dinheiro (risos)? A escola não pode repassar isso para os alunos porque já tem um contrato de preços fixados com os alunos, entende?... Assim como existem outras coisas que estão atrapalhando a EAD, por exemplo, o exame presencial. Isso nasce da desconfiança que os burocratas em Brasília têm em relação à EAD... Quem baixa essas leis pensa que a EAD*

*não tem capacidade para testar os conhecimentos do aluno a distância” (Frota, 2007).*

A fala de Litto expõe as dificuldades enfrentadas pelas IES ao tentar implantar cursos superiores a distância. No entanto, notamos que tais ações adotadas pelo MEC têm falhado em prevenir que algumas IES facilitem e muitas vezes fechem os olhos quando presenciarem práticas desonestas entre seus alunos. Os professores, por sua vez, têm falhado muitas vezes em garantir que a apresentação dos conteúdos, metodologia adotada e processo avaliativo dos cursos a distância motivem os alunos a construir o conhecimento e a desenvolver atitudes que permitam a aquisição de uma aprendizagem significativa. Além disso, os funcionários dos Pólos que estão em contato direto com os alunos nem sempre recebem a capacitação necessária para realizar seu trabalho da maneira desejada. O aluno adulto que participa de cursos a distância por vezes encontra na desonestidade acadêmica o caminho mais fácil para colocar as mãos no diploma e ainda encontra poucos empecilhos para realizar tais violações.

Quando tratamos da eliminação da desonestidade acadêmica em cursos superiores no Brasil, precisamos pensar na construção de uma consciência coletiva que leve todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem a agir de maneira ética. Oportunidades para que o aluno seja desonesto sempre existirão. Cabe ao MEC, IES, professores titulares e professores de Pólo adotarem práticas que inibam tais ações, sem depender somente da criação de legislações que inviabilizam ou atrapalham o processo de ensino-aprendizagem. Sempre existirão alunos honestos e desonestos. Os primeiros não devem pagar pelas ações do segundo grupo. Afinal, a honestidade é uma escolha pessoal que deve brotar do desejo do indivíduo de tornar-se um profissional qualificado, eficiente e pronto para contribuir para desenvolvimento de nossa nação.

### **Referências:**

\_\_\_\_\_ (2007). *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância*. São Paulo, Monitor/Abed.

IBOPE (2006). Pesquisa revela controvérsias na opinião do eleitor brasileiro sobre corrupção e ética. Disponível em <[http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallIBOPE&pub=T&nome=home\\_materia&db=caldb&docid=403666AC00F301D783257140004EC317](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=403666AC00F301D783257140004EC317)> . Acesso em: 26 de maio, 2007.

FROTA, M. (2007). Governo dificulta desenvolvimento da EaD, diz Litto. Disponível em <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=14842>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2008.

RODRIGUEZ, A. S. (2003). Deshonestidad académica en cursos ofrecidos por Internet. El Tintero. Disponível em: <[http://www.ruv.itesm.mx/portal/infouv/boletines/tintero/tintero\\_11/articulos/armando\\_lozano.htm](http://www.ruv.itesm.mx/portal/infouv/boletines/tintero/tintero_11/articulos/armando_lozano.htm)> . Acesso em: 20 de janeiro de 2004.

SILVA, G. A. da et al (2006). Cheating on college exams. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 19, n. 1. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de maio, 2007. Pré-publicação.

TAROUCO, L. (2006). O Processo de Avaliação na Educação a Distância. Disponível em: <<http://www.pgie.ufrgs.br/webfolioead/biblioteca/artigo6/artigo6.html>> . Acesso em: 22 de abril, 2007.

WHILTLEY JR., B.E. (1998). Factors associated with cheating among college students: a review. *Research in Higher Education*, 39, 235-274.